



“Educação como prática de Liberdade”:
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

10426 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT03 - Movimentos Sociais, Sujeitos e Processos Educativos

Educação do campo e o pluriverso campesino: questões dos deserdados pelo Matopiba

Ana Cristina Nascimento Givigi - UFRB – UNIVERSIDADE FEDERAL DO

RECÔNCAVO DA BAHIA

Flávio Pereira de Oliveira - UFPel - Universidade Federal de Pelotas

A educação do campo é o espaço onde materializam-se as múltiplas identidades campesinas geradas no espaço rural brasileiro. Neste processo de territorialização, advindo de regimes de pertencimento, a educação do campo enfrenta as consequências da desterritorialização, promovida pelo agronegócio, configuradas no Projeto Matopiba para fins desta escrita. O Matopiba é um dos projetos de expansão das fronteiras agrícolas, capitaneado pelas corporações que elaboram agroestratégias de inferiorização de povos tradicionais e de campesinos. Tratamos de como este projeto se estabelece desapropriando a terra. Em Buriticupu-MA, os efeitos do Matopiba podem ser vistos na disputa instaurada no território-escola: quais os efeitos destes interesses sobre a escola Rosemira Machado de Castro, no Assentamento Buriti? Mesmo ali onde a escola parece adequada ao projeto de educação rural, a estabilidade é ameaçada pela socialização das estratégias elaboradas neste território pluriversal. Por meio da pesquisa participante mostramos como acionar práticas que alteram o curso do porvir. Girando saberes, a educação do campo torna-se o horizonte de institucionalização de novas perguntas. Ao rachar a língua, ela cospe fogo: camponeses insurgem do passado, imaginando novas historicidades alinhadas a tempos não eurocêntricos, onde é possível ativar a imaginação que atualiza o programa de ruptura com este processo civilizatório moderno.

Palavras chave: escola do campo, Matopiba, regresso ao futuro, pluriverso.

A escola do campo, em sua história, institui-se como um território de disputa de interesses de classe e de práticas culturais. É um espaço que territorializa pedagogias criadas por linguagens campesinas, forjadas pelas vivências com/na/sobre a terra e que agrega as experiências do campo como base de sua formulação. Pode-se prever com isso que este território-escola alarga-se na medida em que o sujeito faz deste lugar um espaço para viver a partir de seu legado, “(...) desenvolvendo coletivamente o ser em relação à terra” (GIVIGI, 2020, p.467). Deste modo, a educação do campo – materializada na escola do campo - é um projeto de territorialização dos saberes vividos no diverso rural brasileiro, ao mesmo tempo em que se opõe àquela educação que adequa-se aos projetos modernos de desenvolvimento rural, cujo epicentro é o agronegócio, como é a escola rural (OLIVEIRA, GIVIGI, 2019). Trata-se, portanto, de pensar como a educação do campo disputa saberes estando ela na/entre a fronteira da construção de um mundo ‘uno’, essência do projeto globalizador neoliberal da modernidade e outros mundos. Como fronteira, a educação do campo é também um campo criativo de onde pode-se avistar as sementes de mundos diversos – pluriversais – constituídos por movimentos de sujeitos que resistem, defendem e afirmam a vida (ESCOBAR, 2014).

Pode-se dizer que para olhar a escola do campo fabrica-se outra lente, através de narrativas que se insurgem contra a lupa moderna, esta que sacralizou métodos e focos. Então, para não cair na dicotomia natureza/cultura, humanos/não humanos, insumos da ontologia dualista da modernidade, que transforma em terra arrasada a vida fértil de muitos mundos (ESCOBAR, 2014), voltamo-nos para o futuro que está a regressar. Esperançando, tentamos nos amazonizar em busca do que é produtivo entre nós da educação do campo – onde estão também nossas querelas, nossas subsunções, etc. – mas também as estratégias infra-políticas que são memoradas desde nossos antepassados e constituem a nossa cultura.

A escola do campo lida então com a unidade de um saber sedimentado pela violência aos povos rurais brasileiros e, de antemão, precisa girar saberes que desnudam o epistemicídio fundante da modernidade. Lida diretamente com a construção de um rural arcaico, inferior, que se faz em oposição ao que é moderno e eficiente, o urbano. Também com a mistificação de culturas afro-brasileiras emparelhadas ao desprestígio de culturas camponesas, de onde não se pode ver as potências de nenhuma das duas, mas que permitiu a construção brasileira do caboclo caipira (incluindo o indígena), símbolo do atraso (MACHADO, 1994).

Este artigo, pretende trazer as expressões desta disputa na Escola Rosemira Machado Castro, situada na agrovila 410 (a Trilha 410) do Assentamento PE Buriti [\[1\]](#), em Buriticupu, Maranhão. Trata-se de analisar de modo mais detido as consequências do projeto do agronegócio na região para a escola.

Para esta análise nos utilizamos da pesquisa participante, cujo contexto está sempre relacionado à criação de horizontalidade entre pesquisador e pesquisado, sendo esta a mediação da construção do conhecimento: levar em conta a aspiração e conhecimento dos sujeitos envolvidos (BRANDÃO, 1998). Relaciona-se, por isso a contextos vividos por operários, camponeses, agricultores, etc. O exercício da pesquisa participante nos levou a construir a seleção de sujeitos-protagonistas da educação do campo no Assentamento PE Buriti: professores e gestores da escola, agricultores, representados no Sindicato. A partir da seleção dos sujeitos construimos três giras de saberes, que operam mostrando como o conhecimento é uma produção coletiva. O mediador-pesquisador lança questões sobre as quais o grupo fala livremente. Analisaremos o resultado sistematizado de uma destas Giras de Saberes, onde levamos os sujeitos a pensar como se processam na escola as nuances do projeto camponês, que vem sendo violentado pelo agronegócio.

O território uno: capital e terra

O violência está nas políticas patrocinadas pelo agronegócio, cujas ações fomentam, desde o século XX, mas especialmente no século XXI, uma série de instrumentos de flexibilização de leis ambientais, das leis de demarcação de terras, de definição de recursos naturais, seus usos e preservação, criando amplos processos de disputa de territórios, uma vez que concorrem neste cenário, variados regimes de posse e propriedade (SAUER, CASTRO, 2017).

Estes povos - que ocupam terras almeçadas pelos projetos de expansão da fronteira agrícola- são tomados como óbices ao progresso e em direção a eles são acionadas agroestratégias que os deserda e visam a desterritorialização de culturas produtivas tradicionais imersas em temporalidades ancestrais que se distinguem do tempo orientado pela produção agroindustrial (REIS, PERTILE, 2019). Segundo Sauer (2013) a demanda por alimentos, ração, celulose, e outras matérias primas, especialmente para biocombustíveis tem gerado a agressiva busca de terras em regiões onde ela é abundante e mais barata, deslocando a produção de commodities para estes locais. Neste contexto é que desde 2013 vem sendo delimitado pela Empresa Brasileira de Agropecuária (EMBRAPA) o programa de desenvolvimento agropecuário denominado MATOPIBA, abarcando os estados do Maranhão,

Tocantins, Piauí e Bahia, criado oficialmente pelo decreto nº 8.447, de 06 de maio de 2015.

O Assentamento PE Buriti[2], composto de várias agrovilas, em Buriticupu, não faz parte da delimitação do MATOPIBA, contudo, as consequências extrapolam as limitações territoriais, transformando a paisagem rural. Buriticupu fica a 395 km de São Luís, capital do Maranhão, e integra a região Vale do Pindaré, na chamada pré-amazônia, considerada como o berço da concentração fundiária e especulação de terras devolutas, principalmente entre 1970-1990, período em que estas terras fazem parte de um projeto de colonização promovido pelo estado, conduzido pela Companhia Maranhense de Colonização (COMARCO), criada para esse fim em 1972 (OLIVEIRA, 2020). Pertencente à Santa Luzia, Buriticupu emancipa-se em 1994.

O município, predominantemente rural, é constituído, em sua extensão territorial, de dezesseis assentamentos de projetos oriundos da “Reforma Agrária”. Também abriga várias comunidades (aldeias) indígenas do povo da etnia Awá Guajá, para o qual a expansão das fronteiras agrícolas se traduz em violência cultural, uma vez que este povo é móvel no território e fica impedido de viver como seus antepassados. É palco de violências e conflitos permanentes entre os posseiros e a grilagem e pistolagem.

A cidade é atravessada pela BR222, por onde escoam-se produtos e serviços e também a produção de soja vinda da região das balsas – anel da soja no sul do Maranhão até o porto do Itaqui, em São Luís, para exportação dessa *commodities* (OLIVEIRA, 2020). O município também é cortado pela Estrada de Ferro Carajás da mineradora Vale S/A alterando a paisagem social de comunidades ribeirinhas assentadas às margens do Rio Pindaré, submetidas a acidentes, intervenções e mortes.

A escola e a violência do Matopiba

A Agrovila 410 e a Escola Rosemira Machado Castro estão na fronteira de expansão do agronegócio, em Buriticupu e, como tal, são elementos constitutivos das disputas territoriais que aí se fazem, mas a compreensão sedimenta-se na relação causa e efeito, perdendo a riqueza conflitual constitutiva. Os conflitos se expressam na pesquisa quando os sujeitos não se sentem parte das definições da escola:

“Nós aqui não temos o direito de escolher quem vai educar os nossos filhos. Isso já vem determinado pela prefeitura. Eles escolhem os professores sem saber de nossa opinião que não vale, não conta. Só de quatro em quatro ano”. (GIRA DE SABERES, ANOTAÇÕES DE CAMPO, 2019)

O descontentamento da comunidade escolar reflete a forma como o poder se organiza e se exerce nas fronteiras brasileiras, onde a elite agrária é parte das definições institucionais e onde a hegemonia é garantida na representação da elite no estado. Trata-se de entender de que modo a terra foi agenciada como objeto de poder e como o poder parece invencível quando se mostra como externo às relações. Pertencer a um território é viver de seu legado, na medida em que o sujeito não constitui-se nesta relação território-terra, ele ausenta-se de ‘ser pela terra’ e por isso torna-se vítima do projeto de poder.

“Nossa realidade aqui com a chegada da soja, no meu modo de ver, tem permissão do prefeito. Ele não é a autoridade do município? Então essas empresas vêm para o município por que ele permite. (GIRA DE SABERES, ANOTAÇÕES DE CAMPO, 2019)

Apesar de saber disso os sujeitos desta pesquisa não veem as questões cotidianas aparecerem no currículo escolar e respondem que o desenvolvimento nunca foi algo que a escola “estudou”. Mas, se são capazes de ver a progressividade do negócio da soja, porque não se habilitam a tratar disso na escola?

Ora, se a escola Rosemira Machado Castro – de sua fundação aos dias atuais – atende às perspectivas da educação rural, quais disputas podem rasgar o véu da adequação e tornar a escola permeável às disputas colocadas em torno do projeto de desenvolvimento que inclui as populações que conformam a unidade escolar? Segundo Fernandes (2008), a cada ocupação de terra pode-se vislumbrar modos de ampliação do território e contrapontos ao latifúndio. O projeto da educação do campo precisa ter em seu cerne essa movimentação e as inúmeras fissuras e quebras com a lógica do latifúndio e portanto, com a lógica da privatização da terra. Diante disso a comunidade escolar da Agrovila 410 sustenta:

A nossa escola está cercada pela soja, más nós nunca tínhamos parados para pensar sobre os impactos que ela representa para nossa comunidade e o que a escola poderia fazer para enfrentar essa problemática. A partir de agora, com esse despertar, nós iremos chamar a comunidade para trazer para a escola essas questões porque são de interesse da comunidade e nós não podemos nos calar diante dessa situação (GIRA DE SABERES, ANOTAÇÕES DE CAMPO, 2019).

Algumas conclusões

Ao perceber que a terra ‘cercada pela soja’ é também objeto da educação, a comunidade escolar da Agrovila 410 descortina o véu do mundo uno e percebe as rachaduras de um modo de produção que subalterniza sujeitos às margens e os deserdada de suas terras. O povo do campo está à margem da modernização. É resíduo de um projeto que toma a terra como mercadoria, associada à financeirização. Contudo, ao promover o diálogo com a realidade concreta, a educação do campo ressuscita os mundos e traz questões insurgentes ditas por povos desnecessários “(...) nós não podemos mais nos calar diante dessa situação”. A percepção da realidade é efeito da educação do campo.

Também a educação do campo pode ser o horizonte de institucionalização de novas questões, elaboradas pela abertura do universo ético às questões cerceadas pela linguagem moderna. Ao rachar a língua, ela cospe fogo: indígenas, ribeirinhos, assentados, quilombolas, quebradores de coco, etc, insurgem do passado, imaginando novas historicidades alinhadas a tempos não eurocêntricos, paralelos temporais, onde é possível ativar a imaginação que já viajou e atualizou seu programa de ruptura com o que já foi imposta, acenando a liberdade criativa do amanhã.

REFERÊNCIAS:

BRANDÃO, Carlos, R. Participar-pesquisar. In: Brandão, Carlos Rodrigues (org). **Repensando a pesquisa participante**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

ESCOBAR, Arturo. **Sentipensar con la tierra. Nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia** (Colección Pensamiento Vivo), Medellín: Ediciones UNAULA, 2014.

GIVIGI, Ana Cristina Nascimento. Mulheres do candomblé e suas lutas ontológicas: Caxuté, um terreiro camponês e a educação. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 17, p. 450-470, 2020.

MACHADO. Maria Helena. **O plano e o pânico. Os movimentos sociais na década da**

abolição. São Paulo: Edusp, 1994.

OLIVEIRA, Flávio Pereira de, GIVIGI, Ana C. N., Questão agrária: a disputa entre educação rural e educação do campo e o papel da escola na educação de camponeses, no Assentamento Vila Pindaré, Buriticupu-MA. In: SANTOS, Arlete Ramos dos (et all). **Educação e Movimentos Sociais: análises e desafios**. Vl. 4, 1^a ed. Jundiaí (SP): Paco Editorial, pag, 259-278, 2019.

OLIVEIRA, Flávio Pereira de. *Prosas Pedagógicas: girando saberes em Educação do Campo ante à ofensiva do capital*. Cadernos de Formação. Produto (Mestrado Profissional em Educação do Campo/UFRB), Amargosa, Bahia, 2020.

REIS, Simony Lopes da Silva; PERTILE, Noeli. O MATOPIBA: a modernidade e a colonialidade do desenvolvimento agrícola brasileiro. Revista NERA, v. 22, n. 47, p. 64-86, dossiê MATOPIBA, 2019.

SAUER, S. Reflexões esparsas sobre a questão Agrária e a demanda por terra no Século XXI. In: **A Questão Agrária no Brasil. Debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000**. João Pedro Stedile (org.); Douglas Estevam (assistente de pesquisa). 1. ed.- São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAUER, S.; CASTRO, L. F. P. DE. LUTAS PELA TERRA NO BRASIL: sujeitos, conquistas e direitos territoriais. **Abya-yala: Revista sobre Acesso à Justiça e Direitos nas Américas**, v. 1, n. 2, p. 245-272, 30 ago. 2017.

[1] Vinculado ao ITERMA – Instituto Colonização e Terra do Estado do Maranhão